MANUAL LGPD

Lei Geral de Proteção de Dados

Daniela Tombini

Versão 01 | 08 de setembro 2020

Sobre a Daniela Tombini

A empresa Daniela Tombini preocupada com a privacidade e proteção de dados pessoais coletados no dia a dia por meio das relações comerciais, além de outros vínculos nos quais dados pessoais sejam coletados, tanto no ambiente digital quanto no físico, apresenta de forma simplificada a **Cartilha de Proteção de Dados Pessoais**, com o objetivo de ampliar a compreensão e de orientar para que todas as relações e serviços estejam alinhados com os direitos fundamentais de liberdade e privacidade.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) tem importante papel de proteção nas operações realizadas com dados pessoais assegurando a todas as pessoas, sejam elas colaboradores, clientes ou fornecedores, a proteção dos seus dados.

Faz parte do nosso compromisso a ética e a transparência das nossas ações, para isso estamos adotando várias medidas de acordo com o que propõe a lei, respeitando as informações e os dados pessoais de cada cliente e parceiro, garantindo assim sua privacidade e segurança.

O que é LGPD?

A **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, Lei nº 13.709/2018, é a legislação brasileira que regula;

- As atividades de tratamento de dados pessoais,
- Estabelece as condições nas quais os dados pessoais podem ser tratados,
- Define um conjunto de direitos para das pessoas físicas,
- Gera obrigações específicas para os controladores dos dados,
- Cria uma série de procedimentos e normas para que haja maior cuidado com o tratamento de dados pessoais e compartilhamento com terceiros.

Seu Fundamento

Definir diretrizes e regramentos a proteção dos direitos e garantias fundamentais do indivíduo, como o respeito à privacidade, inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania.

O que é o tratamento de dados pessoais?

Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

O que é um dado pessoal?

Toda a informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável. RG, CPF, e-mail, telefone fixo e celular, endereço residencial, etc. Não são considerados dados relativos a uma pessoa jurídica.

O que é um dado pessoal sensível?

É o dado pessoal que pode gerar qualquer tipo de discriminação, tais como; origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Os 10 princípios da LGPD

1) Finalidade: utilização dos dados pessoais mediante propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados;

2) Adequação: a utilização dos dados pessoais deverá ser compatível com as finalidades para as quais foi coletado;

3) Necessidade: somente dados pessoais estritamente necessários deverão ser utilizados;

4) Livre acesso: acesso, pelo titular, à integralidade de seus dados pessoais e à destinação dada a estes;

5) Qualidade dos dados: garantia, aos titulares, acerca da exatidão, clareza, relevância e atualização de seus dados pessoais;

6) Transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis;

7) Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais;

8) Prevenção: adoção das medidas cabíveis para evitar danos aos titulares;

9) Não discriminação: os dados pessoais não poderão ser utilizados para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos;

10) Responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo controlador e pelo operador, da adoção de medidas eficazes ao cumprimento da LGPD.

O Direito dos titulares (pessoas físicas)

a) Confirmação da existência de tratamento;

b) Acesso aos dados pessoais;

c) Correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;

d) Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados pessoais desnecessários, excessivos ou tratados ilicitamente;

e) Eliminação de dados pessoais, quando permitido legalmente ("direito ao esquecimento");

f) Revisão das decisões tomadas exclusivamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais;

g) Portabilidade dos dados pessoais a outro fornecedor de serviço ou produto;

h) Informação acerca das entidades com as quais o controlador compartilha os dados pessoais;

i) Informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento;

j) Revogação do consentimento;

k) Reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, a qual será a responsável por garantir o cumprimento da LGPD;

l) Oposição ao tratamento, se irregular.

Hipóteses de tratamento dos dados pessoais

1) Consentimento, deve ser por manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

2) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

3) Execução de políticas públicas (aplicável somente à Administração Pública);

4) Realização de estudos por órgãos de pesquisa públicos ou privados;

5) Execução de contrato a pedido do titular;

6) Em processo judicial, administrativo ou arbitral;

7) Proteção da vida;

8) Tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;

9) Interesse legítimo do controlador;

10) Proteção do crédito.

Encarregado de Proteção de Dados - DPO

A LGPD define em seu *"artigo 5 inciso VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);"*

Atendendo esta regra a DANIELA TOMBINI disponibiliza aos seus clientes e a qualquer outra pessoa, canal de contato direto com nossa equipe de proteção de dados pelo e-mail **encarregado.dados@danielatombini.com.br** que irá recepcionar as solicitações sobre tratamento de dados pessoais, prestar esclarecimentos e adotar providências, de acordo com os princípios da lei.

Nota da Empresa

A segurança da informação é o elemento chave da governança de dados da Daniela Tombini, que realiza o tratamento dos dados pessoais aplicando inúmeras medidas de segurança técnicas e administrativas, garantindo a confidencialidade, integridade e disposição de dados aos interessados, por meio de métodos e atividades, tais como a elaboração de processos internos e externos, conscientização e treinamentos, estabelecimento de políticas de segurança da informação, manutenção de registros, monitoramento contínuo de proteção contra vazamento de informação, entre outros.
De acordo com o artigo 7° coletamos as informações mediante o consentimento por meio de manifestação livre, informada e inequívoca para os casos de contatos comerciais e para execução dos nossos serviços como entrega e trocas de produtos, nota fiscal de entrada, emissão de cupom/nota fiscal, entre outras obrigações legais.

Lei Geral de Proteção de Dados 2020